



JORNAL BODIM

sinTel
MINAS FITRATEL|CUT

MDP BÁSICA
PODE SER ABERTO
PELA ECT

FECHAMENTO
AUTORIZADO

ANO 40 | Nº 6 | MARÇO DE 2020

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Assédio Sexual é Crime!

O assédio sexual é definido por lei como o ato de “constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (Código Penal, art. 216-A). Essa prática deplorável que afeta a dignidade de muitos trabalhadores brasileiros também pode ser caracterizada como insultos, piadas pejorativas à sexualidade, violência física e psicológica, contatos indesejados, convites constantes, ameaças, constrangimentos, comentários, perseguições reais ou virtuais, mensagens ou desenhos obscenos, conversas de natureza sexual. Com essa definição, é possível depreender que o Assédio Sexual está ligado às relações hierárquicas, podendo ocorrer nas seguintes formas: vertical descendente – de cima para baixo: do superior para o trabalhador; vertical ascendente - de baixo para cima: do trabalhador para o superior; horizontal - na mesma hierarquia: entre os colegas de trabalho; misto: horizontal e vertical. Porém, é importante salientar que esta mazela não acontece apenas no ambiente laboral.



Fato esse escancarado na pesquisa realizada pelo instituto Datafolha na qual 42% das brasileiras com 16 anos ou mais declaram já ter sido vítima de assédio sexual. Ainda de acordo com as entrevistadas, os locais de assédio mais comuns são nas ruas e no transporte público. Nas ruas, uma em cada três brasileiras adultas (29%) declara já ter sofrido assédio sexual, sendo que 25% sofreram assédio verbal, e 3%, físico. O assédio em transporte público foi relatado por 22%, com incidência similar entre assédio físico (11%) e verbal (8%). O assédio no trabalho foi relatado por 15% das brasileiras, incluindo as formas de assédio físico (2%) e verbal (11%). Há ainda 10% que já foram assediadas sexualmente na escola ou faculdade (8% verbalmente, e 1% fisicamente) e 6% que já sofreram assédio dentro de casa (1% verbalmente, e 4% fisicamente). Com esses dados é difícil definir um local seguro para a mulher brasileira, se é que esse lugar existe!

Esse tipo de violência faz parte da rotina das mulheres brasileiras, como foi comprovado na pesquisa. No entanto, o ambiente de trabalho tem se mostrado um lugar comum para esse tipo de prática, seja para homens ou para mulheres. É preciso ficar atento aos sinais e observar a conduta do assediador ou assediadora. Sendo assim, o Senado Federal, em uma cartilha sobre o tema, aponta alguns exemplos mais comuns: insinuações, explícitas ou veladas, de caráter sexual; conversas indesejáveis sobre sexo; gestos ou palavras, escritas ou faladas, de caráter sexual; narração de piadas ou uso de expressões de conteúdo sexual; promessas de tratamento diferenciado; contato físico não desejado; chantagem para permanência ou promoção no emprego; convites impertinentes; ameaças, veladas ou explícitas, de represálias, como a de perder o emprego; pressão para participar de “encontros” e saídas; perturbação, ofensa; criação de um ambiente pornográfico.

Importunação Sexual: Em setembro de 2018 foi sancionada a Lei n. 13.718/18 tipificando o crime de importunação sexual que é caracterizado pela realização de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de “satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. O caso mais comum é o assédio sofrido por mulheres em meios de transporte coletivo, mas também enquadra ações como beijos forçados e passar a mão no corpo alheio sem permissão. O infrator pode ser punido com prisão de um a cinco anos. A Lei também tornou crime a divulgação de cena de estupro, sexo, nudez ou pornografia, sem permissão da vítima, por qualquer meio, inclusive de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática, quer por fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual. A pena também pode variar de um a cinco anos de reclusão, podendo ser agravada se o agressor tiver relação afetiva com a vítima. A lei estabelece que, tanto quem produz o material divulgado, como qualquer pessoa que compartilhar o conteúdo, até mesmo em redes sociais, pode responder pelo crime.

Informações: Datafolha, CNMP, CNJ e Senado Federal

08 de março, o que comemorar?

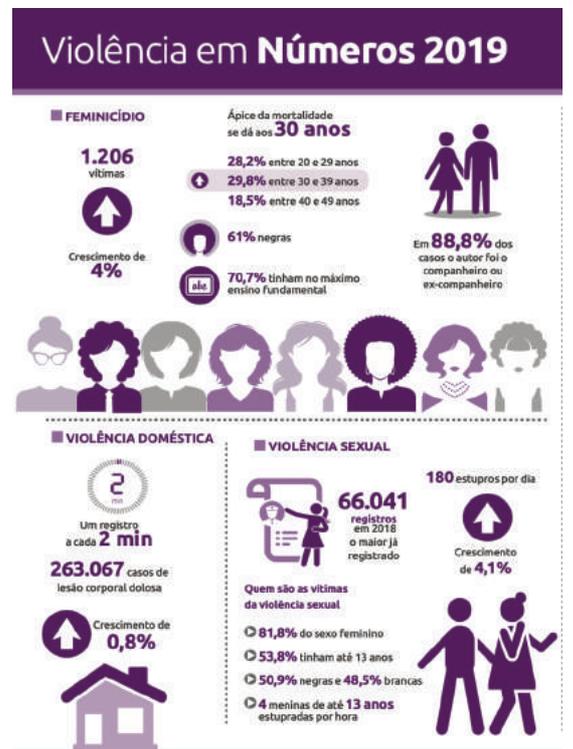
08 de março, Dia Internacional da Mulher, o que comemorar? Nada e, sim, lamentar! Somos especialistas em nos horrorizar com crimes hediondos e perversos contra as mulheres, nos noticiários têm aos montes, mas o que é feito na prática para alterar este quadro? Voltar do trabalho no período da noite, terminar um relacionamento, voltar de um compromisso social utilizando transporte público ou particular, representam situações de risco para a mulher brasileira. Para dimensionar esse fato, temos os dados coletados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em que o crime de feminicídio teve um aumento de 4% em 2019. Ainda de acordo com a pesquisa, o ápice da mortalidade se dá aos 30 anos, sendo que o mais est arrecedor é o fato de 61% dessas vítimas serem negras.

Voltamos a pergunta do título, o que comemorar? Mais uma vez: nada, e sim, lamentar. Afinal, o governo atual zerou os repasses ao programa Casa da Mulher Brasileira, que presta atendimento humanizado a assistência integral às mulheres em situação de violência. Isso para um país que está em 5º lugar entre os países que mais matam mulheres no mundo. O programa lançado na gestão de Dilma Rousseff, em 2015, tem apenas cinco unidades funcionando e com a decisão do Governo Federal de cortar os recursos correm o risco de serem fechadas. Segundo levantamento do jornal Estadão, o orçamento para a Secretaria da Mulher foi reduzido de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões, entre os anos de 2015 e 2019. Além disso, no mesmo período, os pagamentos para atendimento às mulheres em situação de violência recuaram de R\$ 34,7 milhões para apenas R\$ 194,7 mil reais.

É necessário contextualizar que esses cortes se deram num Brasil em que uma mulher é agredida a cada quatro minutos, segundo dados do Ministério da Saúde. Com as mulheres desamparadas e oprimidas, é claro que esse ciclo de violência tende a aumentar. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2019, houve um registro de violência doméstica contra mulheres a cada dois minutos, sendo que destes 263.067 são casos de lesão corporal dolosa. Os dados do Ministério da Saúde são assustadores, pois retratam que a maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes acontecem em casa, e no período de 2011 a 2017 houve aumento de 83% de notificações, totalizando 184.524 casos. Os violadores são parentes das vítimas ou "amigos" da família. Infelizmente, como algumas famílias não garantem a segurança das crianças, a educação sexual torna-se extremamente importante para que as crianças possam reconhecer um adulto com atitudes abusivas e possam denunciá-lo. Em um país que quatro meninas de até treze anos são estupradas por hora, onde são registradas 180 ocorrências de estupro por dia, somente por meio de políticas públicas de educação sexual, prevenção e combate à violência aliada a uma forte política de proteção às mulheres, esse quadro pode ser mudado.

O governo é totalmente conivente e tem contribuído com a situação de extermínio das mulheres quando decide zerar os investimentos para um programa que ajuda tantas vítimas de brutalidades. É preciso que as brasileiras tenham consciência do tratamento que vêm recebendo deste governo, que tem como principal característica em seu discurso: atitudes machistas e preconceituosas, o que reforça o sentimento de impunidade por parte do agressor e de insegurança por parte das mulheres. Um governo que não combate com todas as forças a violência contra as meninas e mulheres não pode ser chamado de democrático e tão pouco representa a maior parte da população brasileira, que é composta por mulheres. O dia 08 de março continua sendo um dia de luta contra as injustiças que o governo e a sociedade cometem contra as mulheres. A questão agora é humanitária. Que esse extermínio pare agora!

Informações: Estadão, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Ministério da Saúde



Fórum Brasileiro de Segurança Pública

EXPEDIENTE

Departamento de Comunicação e Imprensa do Sinttel/MG
Diretor de Comunicação e Imprensa:
Andresa Felipe



Sede SINTTEL-MG:

Rua Senador Lúcio Bittencourt, 140. Bairro Carlos Prates.
CEP: 30710-070 - Belo Horizonte/MG.
Contato: (31) 3279-2035 Fax: (31) 3271-1460
www.sinttelmg.org.br | imprensa@sinttelmg.org.br

Governador Valadares:

Rua Sebastião Correia Lima, 163A. Bairro Vila Bretas
CEP: 35032-480 | Contato: (33) 3271-6200
regionalleste@sinttelmg.org.br

Montes Claros:

Rua Dr. Veloso, 1063. Bairro Centro
CEP: 394.000-74
Contato: (38) 3222-1893
regionalnorte@sinttelmg.org.br

Juiz de Fora:

AV. Brasil, 2444- Bairro: Centro
CEP: 36.060-000 | Contato: (32) 3215-7278
zonadamata@sinttelmg.org.br

Varginha:

Rua Silva Bittencourt, 279 - Bairro Centro
CEP: 37.002-050 | Contato: (35) 3221-4696
regionalsul@sinttelmg.org.br

Uberlândia:

AV. Araguari, 254. Bairro Martins
CEP: 38.400-000 | Contato: (34) 3236-2003
regionaltriangulo@sinttelmg.org.br

Periodicidade: mensal

Tiragem: 9.000

Jornalista: Bruno Camargos Teixeira - 0021691/MG

Fevereiro é marcado por Greves em favor da Soberania Nacional

Protestos e paralisações de funcionários de órgãos públicos e empresas estatais foram a tônica do mês de fevereiro. Tanto na esfera federal como estadual as reivindicações "colocaram fogo" no país, em que o governo segue com sua política de privatizações, em detrimento dos trabalhadores. As demissões ocorrem de maneira acelerada e os trabalhadores não ficaram calados. Está sendo organizada para o dia **18 de março**, pela CUT e demais centrais sindicais, uma **Greve Geral** em defesa do serviço público no país, contra a Privatização e o Desmonte do Estado. A expectativa das Entidades Sindicais é que a adesão deverá ser uma das maiores já registradas no Brasil.

Iniciada no dia 1º de fevereiro a greve dos **Petroleiros** está provisoriamente suspensa. Foram 20 dias de protestos em todo o país que mobilizou 21 mil trabalhadores em 121 unidades do Sistema Petrobras. Os petroleiros garantiram a suspensão das demissões na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR), revertendo também as que já haviam sido realizadas contra 144 trabalhadores, além de conquistar a abertura de um processo de negociação mediado pelo TST. Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o movimento grevista é o maior que a categoria já realizou desde maio de 1995. "Os petroleiros, em greve, obrigaram a Petrobrás a negociar e deixaram claro que a categoria seguirá na luta para defender nossos empregos e nossos direitos. Nada que temos foi dado. Cada conquista foi obtida na luta e será através das lutas que as manteremos", afirma Alexandre Finamori, diretor da FUP.

Os servidores da **Dataprev** permaneceram paralisados por duas semanas em mais de 20 estados e no Distrito Federal. O movimento ocorreu em resposta ao processo de privatização da empresa pública de tecnologia, que é responsável pelo banco de dados da Previdência no Brasil. Os funcionários da Dataprev, conseguiram reverter as demissões de quase 500 servidores e abrir prazo de negociação com o governo.

Os trabalhadores da **Casa da Moeda** também cruzaram os braços contra a privatização e alteração de benefícios trabalhistas promovidos pela diretoria da instituição. Segundo a direção do Sindicato dos Moedeiros, os cortes representam perda salarial média de R\$ 2.500,00 e que parte dos funcionários virá com contracheque zerado no fim do mês. Eles rejeitaram a proposta de acordo provisório com vigência até o julgamento do dissídio pelo TST, marcado este mês.

No dia 14 de fevereiro, sindicalistas, servidores públicos e trabalhadores de diversas categorias se uniram, em São Paulo, para protestar contra o desmonte do **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**. Sem servidores e sem equipamentos, jogando os trabalhadores e trabalhadoras para o difícil acesso ao INSS Digital, o Instituto tem hoje uma fila de dois milhões de pessoas aguardando a análise dos pedidos de benefício, como aposentadoria, salário-maternidade e auxílio-doença. A CUT e demais centrais sindicais marcaram presença no ato. Informações: CUT

Professoras e professores da **rede estadual de ensino de Minas Gerais** aprovaram greve por tempo indeterminado a partir de 11 de fevereiro. A categoria reivindica pagamento do piso dos professores, de parte do 13º salário que não foi pago integralmente em dezembro do ano passado e mais investimentos em Educação. (Informações Atualizadas até o fechamento desta edição).



Convênios

Lazer

Clube da Bola - Montes Claros
Divinópolis Tênis Clube - Divinópolis
Juninho Esporte - Governador Valadares
Bar do Alemão - Montes Claros
Restaurant Degust - Governador Valadares

Saúde

Policlinica Salud - Belo Horizonte
Saúde Mais Suplementos e Vitaminas - Pirapora
Espaço Vida Atividades Corporais LTDA - Ipatinga
Warley Pereira (Dentista) - Uberlândia
Estética Facial Nayara Foresti - Varginha
Centro das Consultas - Montes Claros

Educação

PUC Minas - Belo Horizonte
CeS Escola de Idiomas - Governador Valadares
Damasio Educacional - Varginha e todo Sul do Estado
Conexão FGV - Varginha
Unyleya - Belo Horizonte

Serviços

Ótica Dias Express LTDA - Belo Horizonte
Sociedade Comercial FAM LTDA (Moteis) - Juiz de Fora
Gratone Salão de Beleza - Uberlândia
Assistencial Serviços de Escritório e Apoio Administrativo LTDA - Governador Valadares
Banho e Tosa entre Patas e Pelos - Varginha
Sorveteria Puro Sabor - Montes Claros

Para usufruir dos convênios é necessário estar em dia com as mensalidades sindicais. Além disso, é necessário entrar em contato com o SINTTEL-MG para maiores informações sobre as regras de utilização.

Mais convênios em nosso site!
www.sinttelmg.org.br

FIQUE POR DENTRO

Saúde da Mulher - Prevenir é o melhor remédio

Rotinas estressantes, cobranças pessoais, excesso de trabalho, faz parte da realidade de muitas mulheres brasileiras que muitas vezes desempenham dupla ou tripla jornada. Na correria do dia a dia as mulheres deixam de cuidar de si próprias. Os hábitos saudáveis contribuem para melhor qualidade de vida e longevidade. A alimentação saudável reduz o risco de doenças; usar protetor solar ajuda na manutenção da pele, protegendo contra os raios UVA e UVB; beber água é essencial para o funcionamento perfeito do organismo, bem como praticar esportes e uma boa qualidade de sono.

Doenças cardiovasculares: Segundo o Hospital do Coração, de cada dez vítimas fatais, causadas por doenças cardiovasculares, quatro são mulheres. Esse número não alcançava 10% há 50 anos. As doenças cardíacas estão associadas ao envelhecimento e ao estilo de vida. Os fatores de risco são o histórico familiar, a hipertensão arterial, o diabetes mellitus, o aumento dos níveis de colesterol, especialmente o LDL, tabagismo, sedentarismo e obesidade. Mas, na mulher, alguns deles têm efeito mais acentuado.



Informações: Blog da Nossa Saúde e Hospital do Coração

Assessoria Jurídica – Sinttel-MG

O associado do Sinttel-MG tem à sua disposição uma equipe jurídica capacitada para defender os seus direitos. O Instituto Declatra tem em sua essência a defesa da classe trabalhadora, tendo a sua história coincidindo com o processo de redemocratização do Brasil e a conseqüente evolução dos direitos, da cidadania e das condições no mundo do trabalho. Ao decidir, desde sua fundação, pela atuação exclusiva em defesa da classe trabalhadora, o escritório sempre buscou contribuir, através do direito, para a construção um mundo mais justo e com menos desigualdades.



O escritório possui 35 anos de existência, tendo mais de 30 mil pessoas atendidas em causas individuais ou coletivas, com o objetivo de fomentar, articular e efetivar ações relativas aos direitos do trabalho. Atualmente, o Instituto Declatra tem uma das mais qualificadas estruturas de atendimento no direito do trabalho, atuando em todo o território brasileiro.

O sindicalizado do Sinttel-MG está amparado e terá suporte quando necessitar. Se você ainda não é sindicalizado, seja nosso associado e tenha, além desse, outros benefícios. Você pode se tornar associado pelo nosso site (sinttelmg.org.br) em nossa sede, em Belo Horizonte, ou nas nossas subseções no interior do estado.

Varginha

A subseção do sul de Minas Gerais, localizada em Varginha, conta com atendimento jurídico presencial para os trabalhadores da região.



Localizada no município de Serra, no Espírito Santo, a Colônia de Férias do Sinttel-MG é uma excelente opção de descanso e lazer para o sindicalizado. As instalações ficam de frente para o mar, na praia de Carapebus, com 8.500 m² de área, 3 churrasqueiras, lavanderia e estacionamento para 65 carros.

Temos condições especiais para o feriado da Semana Santa: Início 04/04/2020/ Final: a critério do associado.

Você poderá fazer sua reserva a partir do dia 02/03/2020. Os associados do Sinttel-MG que realizarem a reserva terão até o dia 20/03/2020 para realizar o pagamento de 50% do valor e, até o dia 31/03/2020 para quitar a outra metade. Caso não seja efetuado o pagamento até a data estipulada, a vaga será automaticamente transferida para o próximo inscrito na lista de espera!

